

ÁGUA E SANEAMENTO

Arsae-MG discute o reajuste da Copasa

Agência reguladora vai apresentar índice de aumento de 4,06% contra proposta de 10% da companhia

ANA AMÉLIA HANDAM

A Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG) realiza hoje a primeira audiência pública para debater a revisão das tarifas da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa). Segundo a assessoria de imprensa da Arsae-MG, o índice de reajuste a ser apresentado na reunião, que será realizada no Procon-MG, será de 4,06%. Esse valor vem levando discussões, já que o esperado pela Copasa gira em torno de 10%.

De acordo com a assessoria da agência reguladora, o índice de 4,06% de aumento nas tarifas de água e esgoto pode ser alterado. "Poderão ocorrer alterações em função das contribuições

recebidas e eventualmente aceitas durante o período de consulta e audiência públicas e, sobretudo, em decorrência dos efeitos da verificação da base de ativos da Copasa", afirma o Arsae-MG. As novas tarifas passarão a ser aplicadas a partir de julho. A previsão é de que os resultados finais sobre a revisão tarifária sejam publicados no dia 13 de junho.

A discordância sobre os valores ocorreu porque o modelo usado para o cálculo da revisão tarifária adotado pela Arsae-MG não levou em conta os investimentos do ciclo tarifário na base de cálculo dos ativos da Copasa.

Assim, com a retirada dos investimentos da base de cálculo do modelo, o lucro previsto pela agência foi menor porque não considerou os aportes e,

com isso, com a projeção do aumento tarifário também ficou inferior. Com o modelo usado, a base de ativos regulatórios da Copasa estimada pela Arsae-MG foi de R\$ 9,5 bilhões, bem abaixo das estimativas de mercado, que variavam entre R\$ 11 bilhões e R\$ 12,7 bilhões (caso os investimentos fossem considerados).

A Copasa não vem se posicionando publicamente sobre o assunto, por estar em período de silêncio para a divulgação dos resultados do primeiro trimestre, o que deve ocorrer hoje.

O diretor-geral da Arsae-MG, Gustavo Gastão Corcosinho Cardoso, reforçou que o modelo usado foi discutido com o mercado. "Estamos aguardando o período de contribuição, que vai de 19 de abril a 19 de maio, e também incluiu audiências públicas,

quando qualquer cidadão ou entidade pode sugerir alterações. Com relação à metodologia usada, se houve erro, ele ocorreu dentro da nossa metodologia. Entretanto, podem acontecer solicitações de alteração dessa metodologia no que se refere aos investimentos", disse.

Sessões públicas - Segundo a assessoria de imprensa da Arsae-MG, a última etapa do processo de revisão das tarifas da Copasa prevê a realização de duas sessões públicas. A primeira delas ocorre hoje, às 17h, no Salão Vermelho do Procon-MG, na avenida Álvares Cabral, 1.690, bairro Santo Agostinho, na região Centro-Sul da Capital. A segunda sessão ocorrerá em 12 de maio, às 9h, no auditório do 6º andar do Conselho Regional de En-

genharia e Arquitetura de Minas Gerais (Crea-MG), na avenida Álvares Cabral, 1.600, também no Santo Agostinho.

Além do reajuste nas contas de água, serão discutidos temas como proteção de mananciais, criação de fundo municipal para saneamento, risco de mercado, implantação de subsídio para reparar R\$ 40 milhões à Copasa/Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Copanor).

Também estarão em discussão mudanças tarifárias. A assessoria da Arsae-MG informa que, para incentivar o prestador a ampliar o serviço de tratamento de esgoto para locais onde hoje ocorre apenas a coleta ou não há qualquer serviço de esgotamento, a agência pretende remover gradualmente as tarifas de coleta

de esgoto e aumentar o percentual de tratamento para 100% do valor da água. Atualmente, as tarifas para os usuários que recebem apenas o serviço de coleta são 50% do valor da tarifa de água, enquanto aqueles que possuem tratamento de esgoto pagam uma tarifa com valor equivalente a 90% da tarifa de água.

Setor deve investir R\$ 12,7 bi

São Paulo - A Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon) estima que os investimentos privados no setor de saneamento chegarão a R\$ 12,7 bilhões entre 2016 e 2020, volume quase igual ao previsto no ciclo anterior (2015 a 2019), de R\$ 12,57 bilhões.

As informações constam no "Panorama da Participação Privada no Saneamento 2017", apresentado ontem pela entidade. Ao todo, os investimentos comprometidos em contrato nas atuais concessões chegam a R\$ 34,8 bilhões. A estimativa anterior previa R\$ 33,18 bilhões.

Os investimentos já realizados pela iniciativa privada no setor foram de R\$ 9 bilhões, apurados até 2015, um aumento de 16,6%.

A entidade também informa que o setor privado investiu R\$ 2,3 bilhões em 2015 - o setor como um todo aportou R\$ 12,1 bilhões no ano. A Abcon lembra que esse volume é inferior à meta do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), estabelecida em R\$ 15,63 bilhões ao ano. Se persistirem esses níveis de investimento abaixo do esperado, o Brasil só atingirá a universalização na década de 2050, diz a entidade, no levantamento.

A Abcon também informa que, em 2016, a iniciativa privada estava presente em 322 municípios em 18 estados nos serviços de saneamento, atingindo cerca de 30 milhões de pessoas, direta e indiretamente. No entanto, a entidade destaca que o ritmo de expansão foi lento, uma vez que, em 2015, 316 municípios eram atendidos.

Quanto às modalidades de contratação, a associação diz que, ao todo, 264 contratos na área de saneamento foram firmados com o setor privado, sendo 139 concessões plenas, 27 concessões parciais, 16 parcerias público-privadas (PPPs), três locações de ativos, uma subdelegação e 78 outros tipos de contrato, incluindo assistência técnica. (AE)

Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH

CNPJ 23.453.830/0001-70

Demonstrações Contábeis Consolidadas dos Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - Em R\$															
Ativo	Nota	Balanco		Patrimonial			Demonstração do Resultado			Nota	Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidada - Método Indireto				
		2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015	2016	2015		2016	2015			
Circulante		55.120.433	54.816.201	Circulante		27.254.089	36.372.152	Receitas		203.165.093	180.891.508	Eventos			
Caixa e equivalentes de caixa	3a e 4	16.195.264	12.270.788	Fornecedores	9	13.026.514	18.093.170	Serviços prestados pacientes SUS		193.180.746	173.864.573	Fluxos das Atividades Operacionais			
Contas a receber		35.766.879	39.006.602	Obrigações trabalhistas	3f e 10	9.243.705	8.393.060	Doações e subsídios	16	2.237.580	2.077.591	Superavit do exercício		9.900.707	3.929.758
Estoque	3b	2.415.820	2.822.077	Obrigações sociais		2.007.868	2.610.614	Outras receitas		4.866.250	1.367.623	Ajustes de exercícios anteriores		(259.557)	22.667
Outros créditos		657.127	647.541	Obrigações fiscais		1.238.674	2.928.581	(-) Glosas		(83.578)	(94.876)	(+) Total do ajuste líquido		(229.942)	6.666.465
Despesas antecipadas		85.343	69.193	Outras contas a pagar		1.403.068	1.987.987	Despesas		(193.798.288)	(176.980.731)	Varições no Circulante das Contas de Ativo e Passivo		(5.998.115)	(122.230)
Não Circulante		33.106.948	16.498.173	Obrigações para investimento		333.280	2.378.730	Pessoal e encargos		(68.956.343)	(66.562.292)	Aumento/redução de estoques - circulante		3.230.136	(7.594.224)
Realizável a longo prazo		17.346.615	456.000	Não Circulante		26.130.380	9.740.060	Serviços de terceiros		(89.494.124)	(67.882.242)	Aumento/redução de estoques - não circulante		406.257	328.348
Créditos a receber		581.703	456.000	Receitas diferidas	11	5.718.637	6.326.067	Matérias, taxas e contribuições		(21.330.342)	(20.338.160)	Aumento/redução das desps. do exercício seguinte		(16.150)	834
Depósito judicial		8.183	-	Outras obrigações	3g e 12	17.296.941	-	Depreciação/amortização		(22.595.192)	(2.714.940)	Aumento/redução de créditos - não circulante		(16.890.615)	-
Outros créditos	3g e 6	16.756.729	-	Estoque terceiros	13	1.806.082	2.470.662	Despesa - renúncia fiscal		(22.167.287)	(18.071.710)	Fornecedores diversos		6.066.656	3.107.837
Imobilizado		15.760.333	16.042.173	Provisão para contingências	14	1.097.324	721.232	Recicla - renúncia fiscal	17	22.167.287	18.071.710	Fornecedores serviços		2.693.968	-
Imobilizado - próprio	3c e 7	8.866.245	9.516.396	Subvenções para investimentos		211.396	222.099	Perdas recebimento clientes		-	(260)	Honorários médicos		3.632.395	-
Intangível - próprio	3d e 8	1.175.450	199.711	Patrimônio Líquido		34.842.912	25.202.162	Despesas gerais		(10.191.774)	(9.252.941)	Obrigações com pessoal		2.804.649	-
Intangível - gestão pública	3c e 7	5.704.643	6.318.575	Patrimônio social		22.907.796	18.850.884	Financeiras		533.902	18.982	Encargos sociais		1.431.409	-
Intangível - gestão pública	3d e 8	13.995	7.491	Ajuste avaliação patrimonial		2.294.366	2.399.652	Recursos financeiros		1.435.378	701.297	Obrigações fiscais		1.091.402	-
Total do Ativo		88.227.381	71.314.374	Supervit acumulados		88.227.381	3.952.426	Despesas financeiras		(901.476)	(682.515)	Outros créditos		17.296.941	-
				Total do Passivo		88.227.381	71.314.374	Superavit do exercício		9.900.707	3.929.758			16.390.320	(1.453.439)

Descrição	Patrimônio social		Ajuste avaliação		Superavit acumulados		Total
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
Em 31 de Dezembro de 2014	14.253.711	2.503.738	1.952.426	3.952.426	219.247	21.249.736	
Custo atribuído imóvel	104.686	(104.686)	-	-	-	-	
Incorporação ao patrimônio social	4.492.287	-	(4.492.287)	-	-	-	
Ajuste exercício anterior	-	-	22.667	22.667	-	-	
Superavit do período	-	-	3.929.759	3.929.759	-	-	
Em 31 de Dezembro de 2015	18.850.688	2.399.052	3.952.426	3.952.426	25.202.162		
Incorporação ao patrimônio social	3.952.426	-	(3.952.426)	-	-	-	
Custo Atribuído Imóvel	104.686	(104.686)	-	-	-	-	
Ajuste exercício anterior (Nota 15)	-	-	(259.957)	(259.957)	-	-	
Superavit do período	-	-	9.900.707	9.900.707	-	-	
Em 31 de Dezembro de 2016	22.907.796	2.294.366	9.640.750	34.842.912			

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
1. Contexto Operacional: O Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, denominado de INDSH, é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que atende um público de aproximadamente 61.500 pessoas no município de Pedro Leopoldo, região metropolitana de Belo Horizonte. Possui serviços de obstetrícia e ginecologia, traumatologia, centro cirúrgico equipado para média complexidade, laboratório, pediatria, oftalmologia, ambulatório e um pronto atendimento regional de 24 horas. A principal receita do hospital é oriunda do atendimento dos pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde e par contratos de gestão em suas 7 filiais, atendendo, nesse caso um público potencial de aproximadamente de 1.700.000 pessoas. É considerado de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 50.171/61, publicado no DOU em 23/12/1970, declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 5.341/1969, declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 14, está registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, portador do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, renovado em 2015 através da Portaria SAS - MS nº 1.147 de 23/12/2015, para o início 1º janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017. A finalidade principal do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, é prestar serviços de Administração Hospitalar, assessoria ou consultoria técnica, diagnóstico organizacional ou a administração propriamente dita, tanto a entidades congêneres, estabelecimentos próprios, de terceiros, públicos ou privados. O INDSH objetiva levar saúde às comunidades, desenvolver pesquisas, prestar assistência social e de serviços médicos, promover atividades para o desenvolvimento do ser humano e sua integração social, promover jornadas na área de saúde e desenvolver atividades educacionais, culturais e na preservação do patrimônio histórico e cultural. **a) Informações gerais:** Baseado nas Legislações do GMMMS Portaria nº 1.970/2011, Lei nº 12.101/2012, Decreto nº 8.242/2014 o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH deve ofertar e comprovar de, no mínimo, 60% de seus serviços ao SUS, com base nas internações hospitalares e nos atendimentos/procedimentos ambulatoriais realizados e registrados nos sistemas de informação do SUS. Podendo incorporar, de no máximo 10% dos serviços prestados ao SUS por força de Contrato de Gestão. O Instituto no período de janeiro a dezembro de 2016, conforme cálculo demonstrado abaixo obteve o índice de 72,25%, não sendo necessário utilizar os atendimentos do contrato de gestão. Os dados foram obtidos pelos sistemas SIA/SUS-SIH/SUS-CIHA/SUS.

	SUS	Não SUS	Total
Hospital Pedro Leopoldo - Paciente/dia	4.063	1.979	6.042
1º Percentual SUS/paciente/dia	67,25%		
2º Atendimento ambulatório	100,00%		
3º Total Prestação Serviço SUS (limitado a 10%)	72,25%		

b) Matriz e filiais/contratos de gestão: O INDSH manteve em 2016, as seguintes unidades - **INDSH - Hospital e Maternidade Dr. Eugênio Gomes de Carvalho** - CNPJ 23.453.830/0001-70, Rua Dr. Cristiano Ottoni, 233 - Centro - Pedro Leopoldo/MG - CEP 33600-000, De: 26/06/1967 - 45 leitos - Atendimento de baixa e média complexidade. **Hospital Regional do Marão** - CNPJ 23.453.830/0004-12, Av. Rio Branco, s/nº - Centro - Brejois - PA - CEP 89200-000, 70 leitos - Atendimento de alta e média complexidade. **Sede Administrativa** - CNPJ 23.453.830/0005-01, Av. Marquês de São Vicente, 446 - cj.1419 - Barra Funda - São Paulo/SP - CEP 01139-000. **Hospital Regional de Sorriso** - CNPJ 23.453.830/0006-84, Av. Porto Alegre, 3125 - Centro - Sorriso/MT - CEP 78890-000 - Contrato de gestão de: 09/04/2012 até 07/06/2015 - 126 leitos - Alta e Média Complexidade. **Hospital Geral de Taiilândia** - CNPJ 23.453.830/0007-65, Av. Florianópolis, s/nº - Bairro Novo - Taiilândia/PA - CEP 86895-000, Contrato de gestão de: 1º/07/2013 - 52 leitos - Atendimento de média e baixa complexidade. **Hospital Regional Público de Integração Leste do Pará** - CNPJ 23.453.830/0008-27, Rua Adelaide Bernardes, s/nº - Nova Conquista - Paragominas/PA - CEP 68627-452, Contrato de gestão de: 26/05/2014 - 70 leitos - Alta e média complexidade. **Unidade de Pronto Atendimento - UPA Porte II** - CNPJ 23.453.830/0010-60, Rua Nicolau Kluppel Neto, s/nº - Contorno - Ponta Grossa/PR - CEP 84051-000, Contrato de gestão de: 1º/07/2014 - Atendimento de urgência e emergência. **Hospital Municipal de Araucária** - CNPJ 23.453.830/0011-41, Rua Rosália Wzorek, 77 - Jardim Sabia - Araucária/PR - CEP 83708-000, Contrato de gestão de: 11/11/2011 - 110 leitos - Baixa e média complexidade. **Unidade de Pronto Atendimento - UPA São Pedro da Aldeia** - CNPJ 23.453.830/0014-94, Rod. Amara Peixoto, s/nº - Praia da Aldeia - São Pedro da Aldeia/RJ - CEP 28940-000, Contrato de gestão de: 04/10/2015 - Atendimento de urgência e emergência. Rescindido em 03/03/2016, conforme ofício nº 32/2016/PRES/INDSH. **Hospital Jean Bitar** - CNPJ 23.453.830/0015-75, Rua Cônego Jerônimo Pimentel, 543 - Umarizal - Belém/PA - CEP 66055-000, Contrato de gestão de: 10/03/2016 - 70 leitos - Alta e média complexidade. **UNACON** - CNPJ 23.453.830/0013-03, Av. Amazoniadas, s/nº - Vila Permanente - Tucuruí/PA - CEP 68455-964, Contrato de gestão de: 10/03/2016 - Tem o objetivo de disponibilizar exames e ações de apoio, diagnóstico e terapêuticas a usuários do SUS para tratamento de pacientes portadores de câncer. **2. Apresentações das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com as Leis 6.404/76, 11.638/2007 e 11.941/2009, com os pronunciamentos e suas respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que, incluídas na legislação brasileira, são denominadas práticas adotadas no Brasil, assim como a Resolução 1.409/2012, que aprovou a NBC ITG 2002 (1), que prescreve critérios contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, e a Lei nº 12.101/2009, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficiárias de

assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuição para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucro. O sumário das principais práticas adotadas na preparação das demonstrações contábeis são: **a) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas com base no custo histórico. **b) Moeda funcional:** Todas os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Alvos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e pressmas, incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para devedores duvidosos, 125 e que e provisão para contingências. As estimativas e pressmas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer futuros afetados. **3. Principais Práticas Contábeis:** **a) Caixa e equivalente de caixa:** São representados por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço atual de mercado. **c) Ativo imobilizado próprio e gestão pública:** Os imobilizados são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada, sendo calculado pelo método linear e leva em conta o período de vida útil e econômica do bem. **d) Ativo intangível próprio e gestão pública:** Os intangíveis refletem os custos com direitos de uso de software e são amortizados à taxa linear. **e) Ajuste ao resultado do exercício:** As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, exceto quando as receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **f) Provisão para débitos e encargos:** Estão provisionadas integralmente pela parte vencida e proporcional a vencer, inclusive com os respectivos encargos sociais até a data do balanço. **g) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade. Os passivos são reconhecidos quando a Entidade possui a obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Receitas ativas e passivos são acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes endorços e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua

Taxa Anual Depreciação	2016		2015	
	Custo	Líquido	Custo	Líquido
10%	243.000	(243.000)	-	243.000
10%	1.033.597	(444.478)	589.119	1.013.288
20%	783.182	(456.296)	326.886	753.594
10%	3.377.733	(1.193.035)	2.144.698	3.299.214
10%	742.844	(210.300)	532.544	725.576
10%	1.991.968	(740.493)	1.251.476	1.941.968
10%	44.300	(22.969)	21.412	44.300
10%	124.498	(78.354)	46.144	121.218
10%	9.197	(9.197)	-	9.197
10%	71.178	(16.761)	54.417	70.618
4%	5.145.840	(1.353.415)	3.792.425	5.145.840
	107.125	-	107.125	-
	13.634.462	(4.768.217)	8.866.245	13.367.813

Taxa Anual Depreciação	2016		2015	
	Custo	Líquido	Custo	Líquido
10%	4.161.272	(1.868.387)	2.292.865	3.760.025
10%	19.071	(11.990)	7.081	19.071
20%	852.892	(585.518)	267.374	672.019
10%	291.200	(128.906)	162.294	167.674
10%	392.583	(228.201)	164.380	329.752
20%	837.816	(7.056.949)	1.770.878	8.892.026
10%	2.561.311	(832.543)	728.588	2.407.419
10%	1.143.369	(832.203)	311.1	